

JACOB, Pascal, **La morale chrétienne: Carcan ou liberation ?**, Éditions Descartée de Brouwer (www.editionsddb.fr), Paris, 2015, 188 p., 225 x 140, ISBN 978-2-22006-714-8.

A teologia moral tem andado, por vezes, entre autores cristãos e mesmo católicos, numa dependência excessiva de filosofias estranhas à norma da fé, que embarcaram com alguma facilidade na onda do proclamado fim da metafísica. A moral cristã é então facilmente apresentada, mais como um garrote que como uma libertação. A interrogação que está no título deste livro sugere a busca de uma resposta justa, através do exame cuidadoso dos fundamentos, quer das orientações demasiado liberais de alguns pensadores e mentores da teologia moral quer daquelas que se adequam ao ensinamento da Igreja.

O autor do livro é um homem do campo da filosofia. Em sua análise procura mostrar que e como, não raro, os teólogos da moral conhecem mal os fundamentos filosóficos em que assentam as suas posições, tornando-se facilmente escravos de correntes de pensamento incompatíveis com a recta razão e com o magistério da Igreja. Logo nas quase primeiras páginas, ele faz notar que o pensamento moral esteve, desde o século XVIII, o século de Kant, sob a dependência deste, nela predominando a ideia de «obrigação». Do mesmo modo faz notar que, sobretudo desde o Vaticano II, foi sentida a necessidade de uma refontalização, secundarizando as fontes filosóficas e regressando à Escritura. Nessa linha se inscrevem, acima de todos os demais, os nomes de Bernard Häring, Xavier Thévenot e Marciano Vidal. Com eles veio à teologia moral a «viragem hermenêutica», pois que a Escritura é objecto de interpretação.

Como é sabido, já antes do Concílio a filosofia conhecera também uma «viragem linguística» e, com ela, uma «viragem hermenêutica». Com ela, a própria interpretação da Escritura tornou-se devedora da corrente hermenêutica da filosofia, corrente que considera não haver acesso ao «em si» das coisas. Por conseguinte, em teologia moral, não poderemos fundar os comportamentos sobre uma suposta lei natural, que supõe que as coisas são o que são, independentemente da interpretação que delas fazemos. Neste modo de pensar com o preconceito do fim da metafísica se inscreve o próprio filósofo cristão Paul Ricoeur, a quem o autor considera ainda dependente de Kant. A consequência natural desta adopção da filosofia hermenêutica, como, aliás, de toda a filosofia metafísica (defensora de um «em si» das coisas e da nossa possibilidade, maior o menor de o conhecer) acaba por conduzir ao relativismo. Já não há uma natureza das coisas e uma verdade em si das mesmas – ou, pelo menos, não há possibilidade de o ser humano a elas ter acesso –, mas tudo acaba por ser apenas a interpretação das mesmas, seja pelos indivíduos seja pelas diferentes culturas.

Pascal Jacob defende, em todo este livro que há uma natureza das coisas, na qual se funda uma lei natural. Examina os grandes mestres, realça o realismo que vem de Aristóteles, analisa fragilidades dos grandes teóricos contemporâneos da teologia moral, sobretudo de X. Thévenot; mas também os pensadores que, de uma forma ou de outra, lhes podem estar subjacentes (Kant, Ricoeur, Edgar Morin...), critica fortemente o voluntarismo kantiano, faz o confronto com o magistério da Igreja, analisa a dupla natureza e cultura, examina os mecanismos e os condicionamentos inerentes ao cumprimento da lei natural. Um derradeiro texto do seu livro examina, como exemplo de

quanto ficou dito antes, um tema eloquente e particularmente ilustrativo: o da moral sobre a regulação da natalidade, com o pano de fundo da encíclica *Humanae vitae* e com alusão crítica às principais críticas que lhe têm sido feitas.

Concluindo: que pensar de um livro como este, bastante contra a corrente do tempo? No meu pessoal modo de ver, o livro tem, pelo menos, o grande mérito de não ir na onda da antimetafísica, procurando vincar a tese de que há uma natureza das coisas e uma lei natural. Claro: está-se no plano objectivo e abstracto da moral. Sem dúvida que há sempre a considerar o lado subjectivo de quem realiza os actos humanos e a concretude dos casos em que estes são emitidos. A teologia moral é uma ciência. Mas a sua aplicação releva sempre da arte (ou da sabedoria ou prudência), que deve fazer a síntese entre o objectivo e o subjectivo, entre o abstracto e o concreto.

JORGE COUTINHO

SAGRADA ESCRITURA

MARTELET, Gustave, *Évolution et création. II : Mortalité de l'homme, messianité de Dieu*, coll. « Théologies », Les Éditions du Cerf (www.editions-ducerf.fr), Paris, 2014, 514 p., 240 x 155, ISBN 978-2-204-10309-1.

Gustave Martelet, falecido em 2014 com 98 anos de idade – professor que foi na Universidade Gregoriana, em Roma, e no Centre Sèvres, em Paris – neste texto denso e extenso percorre o Antigo Testamento de lés a lés, para mostrar que o desígnio de Deus para o homem é um desígnio de vida

e não de morte. Face à negatividade como uma das dimensões do existir humano, e em particular face à morte, ele mostra que o que Ele destina para o homem é efectivamente a vida, e que, na perspectiva da messianidade, a promessa da ressurreição é a nossa primeira e nossa última realidade. Dito em negativo, não é o pecado que explica a morte, antes a mortalidade natural do homem é que constitui ocasião de pecado.

O texto encontra-se estruturado em três partes. Na primeira – «Revelação e Messianidade de Deus no Horeb» – Martelet começa por analisar o nome de Deus ou o enigma existencial do «Eu sou Aquele que sou» ali dito a Moisés. Prossegue com o estudo de Yahvé e o profetismo de Israel no Primeiro Testamento. Sempre em análise e interpretação muito minuciosas e documentadas, encerra esta parte com um capítulo dedicado ao Espírito de Deus como *ruah* e sua relação com a razão humana.

A segunda parte leva por título «Condição humana e sabedoria criadora de Deus na natureza». Num primeiro apartado (ou capítulo) Martelet estuda Job e o problema do mal como questão de todos e de sempre. Segue-se o estudo «De Shaddai a Yahvé, ou a dupla exemplaridade humana e espiritual de Job», um estudo em que, entre outras coisas, faz a análise crítica da rejeição do Deus de Job por E. Bloch, da ideia de criação por K. Marx e de um Job apresentado ironicamente como substituto possível de Yahvé na História. Vem depois o elogio da sabedoria criadora de Deus nos livros sapienciais, em que se evidencia o «sim» da Criação ao seu Deus na prática da Sua Lei. O lado negativo e escuro da condição humana é estudado no apartado seguinte, sobre «Qohelet, ou a vanidade de toda a sabedoria face à naturalidade da morte». Morte física e morte espiritual na *Sabedoria de Salomão* ocupam o capítulo que segue. Aí o autor sublinha o ponto de